

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: Luan Rodrigues Queiroz Feitosa
RG: 3604-47829/Via SSP **CPF:** 096.151.344-65.
Nacionalidade: Brasileira **Estado civil:** Solteiro
Profissão: Desempregado **Telefone:** _____
Endereço: Rua Joas Tota, 57, Mandacaru, Joas
Pessoa, CEP: 58.027-450.

OUTORGADOS: **DIANA SOUSA de ARAÚJO WANDERLEY**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 14.545 com escritório profissional localizado à Rua Rodrigues de Aquino, nº 267, Sl. 304 Ed. Asplan. Centro, João Pessoa/PB. email: dianawanderleyado@gmail.com

PODERES OUTORGADOS: Procuração Geral para o foro nos termos do art. 38 do CPC, bem como os poderes da cláusula "*ad judicium et extra*", e os poderes especiais para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber alvará, dar quitação, firmar compromisso e substabelecer. Abrangendo o patrocínio de defesa do Outorgante nas esferas administrativa e judicial, bem como no que tange a consultas em processos findos ou em trâmite, em qualquer repartição do país e em qualquer instância ou Tribunal, podendo interpor Ações Cíveis, Criminais, Reclamações Trabalhistas, Recursos, Mandados de Segurança, Habeas Corpus, Medidas Cautelares, e demais procedimentos pertinentes ao processo, defendendo os interesses do Outorgante.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Fica estabelecido entre o Outorgante e Outorgado que pelos serviços advocatícios prestados na Ação Supracitada será pago a quantia de 30% (trinta por cento) do valor total deferido na mesma a título de honorários advocatícios líquidos e certos, valor este que será automaticamente deduzido do montante recebido. A rescisão imotivada do presente contrato ensejará multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sem prejuízo dos honorários convencionais.

_____/PB, ____ de _____ de _____.

Luan Rodrigues Queiroz Feitosa
-OUTORGANTE-



TERMO DE CARÊNCIA JURÍDICA

Eu Luan Rodrigues Queiroz Feitosa
declaro, para os devidos fins, hipossuficiência, na acepção jurídica do termo, por não
suportar as despesas do processo e os honorários advocatícios sem prejuízos do
sustento próprio e da família (Lei nº 1.060/50 e Lei nº 7.115/83).

João Pessoa/PB, _____ de _____ de _____.

Luan R. Q. Feitosa

Declarante





ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
1ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
3ª DELEGACIA DISTRITAL — JOÃO PESSOA-PB



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL n.º 805/2015

Delegado responsável: AURELINA M. MAGALHÃES
Policial que registrou a ocorrência: JOSELITO VIEIRA DA SILVA
Data do registro: 02/03/2015
Hora do registro: 12:23

Noticiante/vítima:

Nome: LUAN RODRIGUES QUEIROZ FEITOSA; Nacionalidade: BRASILEIRA;
Filiação: JOSÉ HILDEBRANDO QUEIROZ FEITOSA E DE MARIA DAS NEVES
RODRIGUES DOS SANTOS; Data nasc.: 19/10/91; Naturalidade: JOÃO PESSOA/PB;
Profissão/ocupação: TEC. EM INFORMATICA; Endereço: RUA. GOV. LIZ DE BRITO
ALMEIDA, 26, JARDIM VENEZA; Município: JOÃO PESSOA/PB; Tel.: 83-87764141;
RG: 3604478 Órgão expedidor: SSP/PB.

HISTÓRICO:

Local do fato: AV. EPITACIO PESSOA; Data do fato: 09/02/15; Hora do fato: 02:00 H;
O noticiante alega que:

*FOI VITIMA DE UM, ACIDENTE AUTOMOBILISTICO, CAUSADO POR ELEMENTOS
DESCONHECIDOS DE ONDE ARREMESARAM PEDRAS EM DIRIEÇÃO A UM
ÔNIBUS DA EMPRESA TRANSNACIONAL - UNITRANS, QUE O REFERIDO ÔNIBUS
TEVE SEU TRAJETO ALTERADO VINDO A TOMBAR E A COLIDIR EM UMA
ARVORE, DEIXANDO VARIOS FERIDOS, INCLUSIVE O DECLARANTE, ONDE FOI
SOCORRIDO PARA O HOSPITAL DE TRAUMA DA CAPITAL ONDE QUEBROU O
FEMO DIREITO E VARIAS ESCORIAÇÕES PELO CORPO, PELO MOTIVO DO FATO
REGISTRAR E SOLICITA CERTIDÃO. O REFERIDO E VERDADE. DOU FÉ. .*

O noticiante está ciente das penalidades aplicadas ao crime de falsidade ideológica, previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro, caso as declarações que fez constar neste documento não correspondam à verdade.

Assinatura do noticiante: luan rodriques queiroz feitosa

Policial que efetuou o registro: [Assinatura]





ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
1ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
3ª DELEGACIA DISTRITAL — JOÃO PESSOA/PB



GUIA DE SOLICITAÇÃO DE EXAME

REQUISIÇÃO 0037/2015 – 3ª DDC
AUTORIDADE REQUISITANTE: DEL. POL. AURELINA MONTEIRO MAGALHÃES
EXAME SOLICITADO: EXAME DE LESÃO CORPORAL

João Pessoa (PB), 02 de MARÇO de 2015.

Senhora Gerente,

Solicitamos de Vossa Senhoria, as providências para no prazo legal (artigo 160, § único do CPP, alterado pela Lei 8.862/94), ser procedido o EXAME DE LESÃO CORPORAL na pessoa abaixo identificada e que **O LAUDO SEJA REMETIDO PARA A 3ª DELEGACIA DISTRITAL DA CAPITAL**

LUAN RODRIGUES QUEIROZ FEITOSA, técnico em informática, Portadora do CPF 096.151.344-65, RG 3604478 – SSP/PB, brasileira, Solteiro, natural de João Pessoa-PB, nascido em 19/10/1991, filho de José Hidelbrando Queiroz Feitosa e de Maria das Neves Rodrigues dos Santos, residente na Rua Governador Luiz de Brito Almeida, 26, Jdm Veneza, nesta cidade, tel. 83 8776-4141;

HISTÓRICO: foi vítima do acidente de trânsito ocorrido no dia 09/02/2015 por volta das 02:00hs na Avencida Epitácio Pessoa, nesta, quando o motorista do ônibus em que estava perdeu o controle do veículo após ser atingido por uma pedrada e bateu em uma árvore, causando lesões no seu fêmur direito.


Aurelina Monteiro Magalhães
Delegada de Polícia Civil

Ilma. Sr (a).
Gerente de Criminalística
NESTA





ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o(a) senhor(a),
LUAN RODRIGUES QUEIROZ FEITOSA
foi submetido(a) hoje à cirurgia neste hospital, devido a enfermidade:

CID: S722

Em decorrência, deverá permanecer afastado(a) de suas
atividades por um período de: 90 dias,
a partir 09/02/2015.

Eu, **LUAN RODRIGUES QUEIROZ FEITOSA**, solicito e
autorizo o Dr. Rafael Lara a registrar o diagnóstico,
através do CID e/ou por extenso, neste atestado médico.

Assinatura do paciente ou responsável

João Pessoa, 23/02/15

F(NG).CC.003-1

CRM-PB 6184



ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o(a) senhor(a),
LUAN RODRIGUES QUEIROZ FEITOSA
foi submetido(a) hoje à cirurgia neste hospital, devido a enfermidade:

CID: S722

Em decorrência, deverá permanecer afastado(a) de suas
atividades por um período de: 90 dias,
a partir 09/02/2015.

Eu, **LUAN RODRIGUES QUEIROZ FEITOSA**, solicito e
autorizo o Dr. Rafael Lara a registrar o diagnóstico,
através do CID e/ou por extenso, neste atestado médico.

Assinatura do paciente ou responsável

João Pessoa, 23/02/15

F(NG).CC.003-1

CRM-PB 6184





Receituário Médico



Lucas Rodrigues Queiroz Feitosa

Declaro para os devidos
fins que o paciente acima
foi submetido a tratamento
cirúrgico de protese do
fêmur D, evoluindo c/
encurtamento de 2,0
cm

CTD: T93.1

Dr. Helder Romero L. Nobrega
Ortopedia/Traumatologia
CRM-PA 5050-TEOT 6511

Data: 03/08/16

Médico - CRM

F(NG).CC.002-1





Receituário Médico



Lucas Rodrigues Queiroz Fagundes

Declaro para os devidos
fins que o paciente acima
foi submetido a tratamento
cirúrgico de proteção do
fêmur D, evoluindo c/
encurtamento de 2,0
cm

CTD: T93.1

Dr. Henrique Romero L. Nóbrega
Ortopedia/Traumatologia
CRM-PB 5050-TEOT 6511

Data: 03/08/16

Médico - CRM

F(NG).CC.002-I



501670

Serviço Notarial e Registral

Brasília - DF

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi
apresentado. Em testemunho da verdade.

João Pessoa-PB 26/08/2016 13:52:00

Carlos Antonio da S. Torres - Estrevente

[2016-065217] EPI:R\$ 2,12 FAP:R\$ 0,25 EEP:R\$ 0,42 ISS:R\$ 0,00

SELQ DIGITAL: ADT46881-600H

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

8º OFÍCIO DE NOTAS
2ª SEÇÃO DE PROTESTOS
PRAÇA 1917 N.º 100
CEP 50130-010 - JOÃO PESSOA, PB
FONE (33) 3241-1000 FAX (33) 3241-1022

Carlos B. T. Pereira
501670





INSTITUTO WALFREDO GUEDES PEREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIOLOGIA

PACIENTE: LUAN RODRIGUES FEITOSA

Nº: 362597

DATA: 04/07/2016

EXAME: ESCANOMETRIA

RELATÓRIO

ESCANOMETRIA

Membro inferior direito medindo aproximadamente 35 cm e esquerdo 37 cm.

Controle cirúrgico de fratura do 1/3 superior do fêmur direito.

Dr. A. Gualberto Viana Chianca
Radiologia - T. Computadorizada
CNS 201-5613-8012-0000
CRM 1182

NOTA: As informações contidas neste resultado representam a impressão diagnóstica através da interpretação realizada pelo médico radiologista do exame atual. Este laudo não deve ser considerado absoluto e definitivo, já que as patologias são evolutivas e a identificação das mesmas pode de modificar de acordo com a história natural da doença ou investigação mais profunda.





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	LUAN RODRIGUES QUEIROZ FEITOSA
DATA DE NASCIMENTO	19/10/91
NOME DA MÃE	MARIA DAS NEVES RODRIGUES DOS SANTOS

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	813.340
PRONTUÁRIO N.º	86.043
DATA DO ATENDIMENTO	09/02/15
HORA DO ATENDIMENTO	03:07
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE ÔNIBUS
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA COMINUTIVA SUBTROCANTÉRICA DO FÊMUR DIREITO GRAVE.
CID 10	V 77 + S 72.1.0

AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, VÍTIMA DE COLISÃO ÔNIBUS X OBJETO, RESGATADO PELO SAMU, QUEIXANDO-SE DE DOR EM COXA DIREITA. EF= EDEMA + DEFORMIDADE EM COXA DIREITA + FCC EM JOELHO DIREITO E NARIZ.

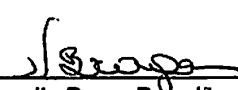
EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX DE FÊMUR DIREITO- RELATO COT- FRATURA COMINUTIVA GRAVE SUBTROCANTÉRICA DO FÊMUR DIREITO
RX DE BACIA
RX DO PÉ ESQUERDO
EXAMES LABORATORIAIS PRÉ-OPERATÓRIOS

TRATAMENTO

PACIENTE SUBMETIDO À TRATAMENTO CIRÚRGICO PARA CORREÇÃO DE FRATURA DO FÊMUR DIREITO, COM REDUÇÃO + FIXAÇÃO. OPERADO POR DR. MILTON LINHARES. HÁ RISCO DE RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PSEUDOARTROSE E INFECÇÃO. MEDICADO. ALTA COM PRESCRIÇÃO E RETORNO AO HTOP.

ALTA HOSPITALAR:	23/02/2025
DATA DA EMISSÃO:	24/04/2016


Drª. Joacila Braga Brandão
CRM: 1741/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JOÃO PESSOA
10ª VARA CÍVEL

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança visando ao recebimento do seguro obrigatório (DPVAT) decorrente de danos pessoais provocados por acidente automobilístico, instituído pela Lei Federal nº 6.194/74.

No compulsar dos autos, verifico que não há requerimento administrativo do autor junto à Seguradora para recebimento dos valores decorrentes da alegada debilidade permanente referida na exordial, contrariando a afirmação do autor.

Acerca do tema, destaco que o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu na mesma linha de raciocínio seguida no Recurso Extraordinário nº 631.240, da relatoria do Ministro Roberto Barroso, que trata de benefício previdenciário, com repercussão geral reconhecida, pela necessidade de prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao poder judiciário nas ações de cobrança de seguro DPVAT (RE nº 824712).

Assim, o Judiciário somente estaria legitimado a atuar desde que comprovado o pedido prévio na via extrajudicial para conferir o interesse processual do autor.

Vejamos os julgados citados:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o esgotamento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada a conhecimento da



Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento o menos tácito da pretensão. 5. **Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos.** 6. **Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte:** (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) **caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão;** (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis a próprio requerente, extingui-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. **Em todos os casos acima – itens (i), (ii) e (iii) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais.** 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora – que alega ser trabalhadora rural informal – a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir. (STF: RE 631240, Relator (a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014) (Grifei)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. GARANTIA DE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO. EXIGÊNCIA DE REQUERIMENTO PRÉVIO. CARACTERIZAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE AFRONTA A ART. 5º, INC. XXXV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. REQUERIMENTO INEXISTENTE MAS DESNECESSÁRIO PORQUE ATENDIDA REGRA DE TRANSIÇÃO PELA CONTESTAÇÃO DE MÉRITO DA SEGURADORA (RE 631.240). AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (STF: RE 824712 AgR, Relator (a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 19/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-105 DIVULG 02-06-2015 PUBLIC 03-06-2015) (Grifei)

Assim, nos termos do art. 321 do CPC, intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, de modo a comprovar que requereu administrativamente o seguro DPVAT antes do ajuizamento da demanda, sob pena de indeferimento da inicial.

João Pessoa/PB, 24 de julho de 2018

Manuel Maria Antunes de Melo
Juiz de Direito



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA 10ª VARA CÍVEL DA
CAPITAL – PB**

PROC Nº 0838462-83.2018.8.15.2001

LUAN RODRIGUES QUEIROZ FEITOSA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente perante Vossa Excelência através de sua advogada *in fine* assinada, conforme Despacho (Id. 15525229), requerer a juntada de comprovação que requereu administrativamente o seguro DPVAT antes do ajuizamento da demanda, conforme Protocolo de Documentos, datado de 19/10/2016, o qual segue em anexo.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa(PB), 13 de agosto de 2018.



DIANA SOUSA DE ARAÚJO WANDERLEY

OAB/14.545



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

Seguradora Líder dos
Condições de Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-1116053/16
Vítima: LUAN RODRIGUES QUEIROZ FEITOSA
CPF: 096.151.344-65
Data do Acidente: 09/02/2015
CPF de: Próprio Titular do CPF: LUAN RODRIGUES QUEIROZ FEITOSA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
Outros

JOSENILDO LUCINDO DA SILVA : 032.662.364-75

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

LUAN RODRIGUES QUEIROZ FEITOSA : 096.151.344-65

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 19/10/2016
Nome: JOSENILDO LUCINDO DA SILVA
CPF: 032.662.364-75

JOSENILDO LUCINDO DA SILVA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 19/10/2016
Nome: Aldabeth Patrício da Silva
CPF: 892.881.734-04

Aldabeth Patrício da Silva



Nº do Processo: 0838462-83.2018.8.15.2001
Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR: LUAN RODRIGUES QUEIROZ
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A